

## EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA: A ATUALIDADE CRÍTICA DE MANOEL BOMFIM

**Charliton José dos Santos Machado**

charliltonlara@yahoo.com.br

**Maria Lúcia da Silva Nunes**

mlsnunes@yahoo.com.br

UFPB/HISTEDBR/GT/PB

### **RESUMO:**

Este artigo analisa as contribuições teóricas e historiográficas de Manoel Bomfim acerca da problemática da educação, da identidade e da formação da nacionalidade brasileira, traduzida em sua obra clássica "A América Latina: males de origem" (1905). Considerado um dissidente ante as afirmações raciológicas pessimistas apregoadas como verdades por seus contemporâneos até o final da Velha República, o referido estudioso, a partir de um diagnóstico apoiado na noção de realidade nacional, remete o debate a um questionamento teórico que parece não ter se desenvolvido anteriormente: os males de origem. Demonstrando que a realidade nacional era mais complexa e menos óbvia do que fizeram ver as análises da época.

*Palavras-Chave:* educação; identidade; nacionalidade.

### **EDUCATION, IDENTITY AND FORMATION OF BRAZILIAN NATIONALITY: THE CRITICAL ATUALIDADE OF MANOEL BOMFIM**

### **ABSTRACT:**

This article analyzes theoretical and historiographical contributions and of Manoel Bomfim concerning the problem of education, identity and formation of Brazilian nationality, translated into his classical work "A America Latina: males de origem" (1905). Considered a dissident in face of reasonable pessimistic statements settled down as truths by his contemporaries until the end of the "Velha Republica" (Old Republican time), the above-mentioned author, starting from a leaning diagnosis which had as support the notion of national reality, hands over a debate to a theoretical questioning that seems not to have been developed previously: the evils origin. Demonstrating that the national reality was more complex and less obvious than the way was seen by analyses of that time.

*Key-words:* education; identity; nationality

### **Considerações iniciais**

Este trabalho de investigação, produzido a partir dos debates no interior do Grupo de Pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/GT/PB), analisa a obra *A América Latina: males de origem*, do médico, político e, sobretudo, educador, Manoel Bomfim, com o objetivo de visibilizar questões fundamentais que balizaram o pensamento intelectual do início do século XX em torno da educação, da identidade e da formação da nacionalidade brasileira.

Nesse debate, durante muito tempo, foi evidente o predomínio das teorias sociais naturalistas-raciológicas, com ênfase à denominada tese do branqueamento, dando conta de

uma leitura pessimista do Brasil, argumentação que de certo modo minimizava a importância das inquietações isoladas, que por sua vez rejeitavam esse quadro de referência e propunham alternativas para se desvencilhar do atraso no qual o país estava supostamente envolvido desde sua formação histórica.

Entre algumas vozes dissonantes dessa época, estava o político, o historiador, médico e educador sergipano Manoel Bomfim que, mesmo admitindo o atraso relativo ao Brasil e à América Latina, devido aos problemas herdados da era colonial luso-espanhola, polemizava ao afirmar que o remédio para corrigir os males de origem era o aumento maciço do ensino elementar para as classes populares.

Portanto, por se tratar ainda hoje de uma obra considerada como dissidente, avançada e à frente do seu tempo, não se pretende aqui esgotar suas diversas nuances teóricas e historiográficas, mas visibilizar suas contribuições e o tipo de abordagem empreendida por este autor no início do século XX, no contexto do entusiasmo com a ascensão republicana brasileira.

### **O cenário brasileiro no início da república**

Com a derrocada da ordem imperial, centralizada, escravocrata e ruralista, e a conseqüente proclamação da República em 1898, o país entrava num novo processo histórico, propondo transformações dos valores nacionais. Essa preocupação partia, sobretudo, da crítica dos republicanos liberais, que preconizavam a construção de uma nação moderna e urbana, voltada para o desenvolvimento e o progresso. (CURY, 2001).

Entretanto, o cenário do final do século XIX e início do século XX revelava o Brasil como país latino-americano que estava apenas começando a industrializar-se, enquanto o processo tecnológico na Europa e nos Estados Unidos já havia entrado numa nova fase de organização e produtividade, o que os firmava como potências mundiais incontestes do presente e do futuro.

Na contramão dessa modernização, há muito em curso nesses países, contrastavam-se os nossos anacronismos históricos, tais como o analfabetismo, os resquícios da escravidão, a mão-de-obra desqualificada e a política oligárquica das elites. Sobre essa questão ressalta Martins (2001, p. 17): “A queda do império se dera quase por falta de opção, quando não mais contava com o apoio da sociedade, sobretudo aquele das classes afetadas, dos proprietários de terra e da corporação militar.”

Numa condição mais profunda, embora os republicanos preconizassem uma mudança com a ordem imperial, de fato, não haviam rompido com as estruturas históricas patriarcais ruralistas, o que contrariava a crença intelectual de que só as mudanças institucionais seriam capazes de pôr o país no caminho do progresso, provocando transformações fundamentais. Para Fernandes (1972, p.262):

Nas diferentes regiões da América Latina a emancipação e a organização de um Estado Nacional se dão em um contexto no qual a desagregação do sistema colonial apenas se coaduna ao nível jurídico-político. A estrutura colonial da economia e da sociedade não se alterou senão superficialmente, pois ela era necessária seja para incorporação dos países da América Latina a uma forma indireta de dominação econômica e cultural de tipo colonial, também comandada pelo capitalismo europeu.

Mesmo assim, a sociedade brasileira ampliava suas dimensões urbanas, adquirindo paulatinamente um novo perfil social, identificado com a tímida expansão industrial que se processava nas principais federações instituídas do país, ou seja, São

Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as quais se transformariam nas mais importantes metrópoles da economia nacional.

A industrialização, ainda escassa, restringia-se praticamente à produção de bens de consumo leves, isso porque a burguesia do país ainda não detinha um grande capital de investimento tecnológico que lhe permitisse concorrer de forma substantiva com a indústria européia e norte-americana.

Nesse contexto, elevava-se a importância do Brasil como nação agro-exportadora, haja vista que no final do século XIX, com a derrocada do Estado Imperial, foram criadas condições bastante favoráveis ao aumento da produção cafeeira no Estado de São Paulo (maior centro de produção agrícola). Sendo assim, as exportações agrícolas apontavam para uma época de prosperidade financeira incomparável às dos anos precedentes da República.

A prosperidade dessa época era inegavelmente vital para o progresso econômico do país, pois representava uma fase de concretas possibilidades para se vencer a miséria que historicamente se proliferou em toda a população. Segundo Prado Jr. (1972, p.67): “o país nunca tinha contado com um produto exportável de grande expressão [...] a riqueza cafeeira passava a ser a mais importante e de efeitos mais amplos [...] constituindo-se no principal recurso financeiro nacional”.

A respeito desse momento crucial da economia do país, reforça Peixoto (1983, p.23):

Com a grande expansão da cultura cafeeira nesse período que se deu praticamente no Brasil, isso valeu aos produtores brasileiros a oportunidade de controlar cerca de setenta e cinco por cento da oferta mundial do produto. Possibilitou também a manipulação da oferta mundial do café, a qual iria emprestar um comportamento todo especial à evolução dos preços deste artigo.

Como demonstra a autora acima citada, a produção cafeeira pôs o Brasil em condições privilegiadas no cenário econômico mundial, o que, conseqüentemente, fortaleceu os grupos agrário-exportadores que controlavam o sistema produtivo do país.

E foi exatamente através de alianças com as elites rurais agro-exportadoras que a burguesia liberal, que emergira no período republicano, buscou consolidar-se, efetivando o sistema de descentralização política e administrativa do Estado que permitiu a manutenção do controle autoritário de poderes oligárquicos em regiões mais atrasadas, até os primórdios da década de 1930.

Do ponto de vista da agenda educacional, apesar de já haver inquietações e justificativas do discurso liberal em prol do progresso do saber, a exemplo das consistentes lutas do polemista Ruy Barbosa em defesa da educação integral no cenário político nacional, o sistema de ensino ainda se caracterizava pelos privilégios das elites oligárquicas. Ou seja, a maioria absoluta da população continuava em total condição de analfabetismo, em contraposição, as minorias abastadas formavam os filhos para seguir as suas próprias carreiras de diplomata, político, jornalista e administrador e, em menor número, cientista. Haja vista serem ainda quase inexistentes as iniciativas e preocupações do Estado com a instrução pública, e, principalmente, com a ciência moderna. Sobre essa questão, ressalta Stepan (1976, p. 63):

A educação brasileira do início do século XX ainda estava conformada ao padrão colonial de ensino. O meio científico era acanhado e nenhuma

parte da estrutura educacional ou científica do Brasil podia produzir ou treinar cientistas de pesquisa de forma sistemática. A originalidade na ciência era ainda resultado do esforço individual, da educação européia e, muitas vezes, da fortuna pessoal.

Essa reflexão reforça o seguinte entendimento: havia uma grande dissonância entre o ideário da instrução pública e o interesse concreto da ascendente republicana brasileira. Ao contrário dos Estados Unidos, onde a fase crítica do desenvolvimento educacional ocorreu através do patrocínio privado, no Brasil, faltava até mesmo apoio financeiro para o funcionamento básico das escolas; não devido ao “antiintelectualismo inato” do povo, mas porque a instrução, o saber e o conhecimento educacional de maneira ampla, ainda não eram considerados relevantes pelas iniciativas de política de Estado, embora possuísse grande significado para os criadores da República. (CURY, 2001).

Essa realidade educacional brasileira dos primórdios republicanos, de acordo com Stepan (1976), na verdade, seguia à risca as proposições do sistema federativo, criadas com a Constituição republicana de 1891, descentralizando o ensino no país, ou seja, atribuindo autonomia aos Estados para gerir a formação educacional elementar em todo território brasileiro.

Nesse contexto, o projeto educacional foi reinaugurado apenas sob a ótica política institucional, como nos informa Romanelli (1980, p.41):

A Constituição pelo seu artigo 35, itens 3. e 4. , reservou à União ‘o direito de criar instituições do ensino superior e secundário nos Estados’ e ‘prover a instrução secundária no Distrito Federal’, o que conseqüentemente, delegava aos Estados competência para prover e legislar sobre educação primária.

De acordo com a referida autora, criou-se na prática uma descentralização desinteressada e desorganizada dos sistemas de ensino nas regiões do país, dificultando assim a construção de uma educação de âmbito nacional voltada para o alcance dos problemas emergentes, tais como da industrialização que ainda estava em sua infância no país, a questão da máquina administrativa do Estado e da racionalização burocrática, entre outros, e, de forma especial, a evolução de nossa independência econômica, política e social.

Assim, o desenvolvimento escolar ocorreu de forma discrepante, de acordo com os níveis de compromissos políticos estabelecidos pelos grupos oligárquicos regionais que, na maioria das vezes, sob a justificativa burocrática, mutilavam os escassos recursos que por princípio social deveriam ser destinados ao ensino.

Em outras palavras, pode-se dizer que, apesar da ênfase ao debate educacional, força primordial no ideário liberal, pelo menos até o final da Velha República, 80% da população ativa do Brasil continuou completamente analfabeta, sem atender aos ideais da modernidade em curso: instruir, formar pessoas livres e capazes de usufruir da igualdade, concorrendo para o desenvolvimento da nação brasileira.

### **A formação do pensamento científico no limiar do período republicano**

Apesar da precariedade educacional do país, começava a se organizar, em fins do século XIX e início do século XX, um novo movimento intelectual nas principais metrópoles: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Nelas, grupos

de estudiosos da elite brasileira aprofundavam as leituras do Darwinismo e do Positivismo, o que explica a influência dessas correntes nas idéias que formularam as primeiras teorias sociais acerca da realidade brasileira.

Nesse ambiente intelectual em formação, o primeiro desafio estava colocado: a necessidade de pensar o Brasil desde sua origem recente, como forma de explicação da identidade nacional. De acordo com Souza (1996, p.93), era “exatamente nesse momento que os pensadores do país formulavam suas interpretações próprias da história da constituição do país, bem como traçavam os perfis humanos físicos e psico-sociais das populações”. Copiavam-se em larga escala teórica os saberes da Europa, nos quais predominavam os determinismos geográfico e racial que irremediavelmente condenavam as possibilidades de país.

Essas idéias dos enfoques da geografia e da raça emergiram, sobretudo, com o prestígio da ciência natural reforçada com a autoridade intelectual que na Europa fomentava o raciocínio segundo o qual os países modernos europeus do norte tinham atingido o poder econômico e político superior ao dos outros países, devido à hereditariedade e ao meio físico favorável.

Dessa perspectiva, predominava entre os estudiosos da época uma extrema concepção de contrastes, algo que se acentuou ainda mais no início do século XX com o crescente contato entre os brasileiros e os europeus. Ou seja, “sentiu-se tanto um desejo de emular a cultura européia, particularmente a francesa, como de diminuir a dependência aos valores europeus e afirmar uma identidade nacional.” (STEPAN, 1976, p. 21).

Todavia, as classes cultas precisavam se justificar cientificamente, demonstrando com pinceladas de racionalidade o “atraso” do país frente às nações desenvolvidas do mundo, corroborando com a crença intelectual determinista (propagada de forma hegemônica entre os intelectuais) de que o Brasil estava condenado a ficar para trás na corrida ao progresso.

Nessa ocasião, é aberta uma trilha intelectual a partir das interpretações naturalistas de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Tobias Barreto, entre outros; todos preconizavam a tese da ineficiência natural dos sul-americanos, em especial, o Brasil, haja vista prevalecia a crença teórica de um país tropical com populações racialmente misturadas, o que significava, do ponto de vista biológico, uma fragilidade de identidade, de personalidade coletiva, portanto com poucas possibilidades de escapar de um fatalismo histórico relativo à capacidade de alterar os acontecimentos e emergir como parte do mundo civilizado moderno. Em resumo, o Brasil era interpretado como uma nação inferior, produto de uma relação racial inferior e de tipos mestiços cruzados, por conseguinte, sem grandes chances de participar do sucesso da modernidade.

Mesmo sofrendo alterações, na ordem de pensamento desses autores (os que condenavam a miscigenação e os que apostavam no branqueamento decorrente dessa realidade), a matriz teórica das relações raciais era o pano de fundo sobre o qual se localizava a problemática da nacionalidade brasileira, uma quase unanimidade presente no imaginário e na prática intelectual da época. Ou seja, essas teorias apoiavam-se numa noção científica européia de hierarquia racial: raça inferior e raça superior. Nessa escala, os brancos predominavam porque a sua cultura era evidenciada como mais desenvolvida, face ao aniquilamento histórico dos indígenas e a condição de escravidão a que foram submetidos os negros africanos.

Na teoria raciológica, a doutrina de determinação constituía-se no cerne sobre a diferenciação da identidade nacional a partir do pressuposto de três variáveis, como afirma Bresciani (1998, p.36):

a raça, o meio físico e social e a história, conferiam a base sobre qual se modelavam as características de um povo, caráter e mentalidade, que o tornavam uma realidade particular inconfundível, conferia-lhe identidade própria 'personalidade coletiva' que o projetava e o singularizava entre outros povos.

Nessa tríade determinista fundamentou-se e justificou-se a inferioridade do brasileiro devido aos contrastantes raciais da sociedade (o branco europeu, o negro africano e o índio aborígine), posto como uma dificuldade singular na constituição de uma identidade nacional. Assim, essa perspectiva se apoiava na tese em que a inferioridade racial alastrava-se naturalmente.

Nesse sentido, a aceitação teórica da natural desigualdade tornava os intelectuais conscientes do desenvolvimento precário e lento do país face ao progresso alcançado pelas nações européias. De uma maneira geral, formulavam-se opiniões etnocêntricas de deterioração da imagem do mestiço, visto como elemento híbrido e dotado de todas as qualidades negativas. (DA MATTA, 1983).

Portanto, havia uma convicção de que se caminhava para uma realidade histórica inevitável, haja vista que a formação de uma sociedade miscigenada conduziria, naturalmente, a população brasileira à desorganização e ao atraso.

### **Manoel Bomfim: um pensamento em contramão no início do século**

O médico e ensaísta nordestino Manoel Bomfim, natural de Sergipe, nasceu em 1868 em Aracajú, e faleceu em 1932 no Rio de Janeiro. Fez sua formação de nível superior na Faculdade de Medicina da Bahia e posteriormente mudou-se para o Rio de Janeiro, cidade onde exerceu por longo período de sua vida diversas atividades intelectuais, entre elas a de político (deputado federal), de jornalista, de educador e de escritor. Segundo Reis (2006, p.185):

É interessante o fato de sua vida estar dividida entre os séculos XIX e XX em exatos 32 anos em cada um. Isso quer dizer que ele conheceu bem, de forma adulta e crítica, tanto o império quanto a República. Equilibrando-se entre o passado rural nordestino e o futuro urbano [...]

A sua trajetória intelectual teve início basicamente numa época muito conturbada da história do país. Ou seja, vivenciavam-se importantes acontecimentos que apontavam para mudanças na estrutura da sociedade. No plano político, traduzia-se na queda do império, seguida da ascensão republicana desencadeada pela elite, que aprovaria na nova Constituição Brasileira, outorgada em 22/06/1890, o sistema federativo de inspiração liberal existente até a atualidade.

Bomfim, como republicano idealista, assistiu de perto, com profundo desencanto, aos rumos do regime que, contrariando os princípios liberais democráticos apregoados desde a campanha abolicionista, terminou por transformar-se numa rotatividade de poder autoritário de uma elite conservadora e descomprometida com as bandeiras sociais da educação, da ciência, da saúde, do trabalho, etc. Nesse particular, Reis (2006, p. 210) sintetiza o conflito vivenciado por Bomfim com o regime em ascensão:

Bomfim não esconde sua decepção e gira sua metralhadora verbal contra os militares, os moderados e os adesistas da República [...] A Proclamação da República decepcionou a nação, que continuou abafada, escravizada pela nova classe dirigente, como era antes pelo governo da Metrópole. A tradição nacional republicana tinha como inspiração a justiça e a liberdade. A República de 1889, continuando a tradição política portuguesa bragantina, repetiu os crimes dos governos da Metrópole e de d. Pedro II contra o Brasil.

Para Fernandes (1972), foi no plano intelectual em que se vivenciou uma das mudanças mais profundas, exatamente nesse momento começava a difusão e o fortalecimento de uma ideologia eurocêntrica de caráter racial ortodoxo, para se pensar a problemática nacional.

Nesse contexto, nos primórdios do século XX, Bomfim lançaria a sua memorável obra *A América Latina: males de origem*, publicada em 1905. Do ponto de vista científico, significava uma ampla reflexão teórica acerca da problemática da nacionalidade remetendo-se às causas ou à raiz do processo de formação econômica e social do Brasil, buscando compreender, a partir da colonização luso-espanhola, a herança histórica do parasitismo e da ignorância que, segundo ele, perpetuou-se na educação dos sul-americanos.

De acordo com Skidmore (1976, 131), a referida obra resultou de uma atividade iniciada em 1897, quando na oportunidade Manoel Bomfim fora chamado a julgar originais numa competição para compêndio escolar sobre História da América. “A redação do seu relatório sobre os textos apresentados estimulou-o a preparar uma vasta análise das causas do atraso latino-americano. Terminaria a obra em Paris em 1903”.

Nessa vasta análise, ainda de acordo com Skidmore (1976), o autor demonstrou maturidade e independência suficiente para pensar a condição nacional além dos horizontes do determinismo pessimista, apontando uma versão revisionista da História do país a partir dos estudos das causas ou da raiz do processo de formação econômica e social do Brasil, que o conduziu a uma tentativa de explicação dos nossos problemas fora das doutrinas raciológicas da época.

Para efeito de ruptura com os escritos dos seus contemporâneos, Bomfim ancorava-se, sobretudo, nas recentes tendências antropológicas de refutação ao racismo científico a que tivera acesso na França, por ocasião das suas análises sobre a América Latina. Fazia parte do seu arcabouço teórico as leituras positivistas de Spencer e Comte, bem como a antropologia de Topinard que, de maneira geral, descartavam minuciosamente a persistência do arianismo nas explicações sociais.

Dessa forma, o autor afirmava existir, subjacente ao postulado teórico arianista, uma elite de beneficiários do sistema que, ao propagar com radicalismo a inferioridade na escala do desenvolvimento humano, o fazia em proveito dos seus próprios interesses, cultivados desde a época da colonização.

Essa retórica contestatória e anti-racista de Bomfim aparecia também como uma afirmação da nacionalidade antiimperialista, como descreve desde as primeiras páginas em *A América Latina* (1993, p. 49): “Quando nos consideram como países atrasadíssimos, têm certamente razão, não é tal juízo que nos deve doer, e sim a interpretação que dão a esse atraso, e principalmente as conclusões que daí tiram, e crêem que nos fere.”

Nessa perspectiva, Bomfim entendia o pessimismo raciológico como conclusão determinante e nociva para o futuro da nação. Uma expressão de valor, uma ideologia dominante que objetivava enfraquecer a nação para manter o controle histórico sobre suas

riquezas. Assim, toda argumentação do arianismo nada mais era do que a justificação do *status quo* do forte sobre os fracos.

À medida que essa respectiva análise evoluía numa direcção crítica à referência do racismo científico, crescia simultaneamente no meio intelectual a refutação à *A América Latina*. Assim, não tardaram aparecer os questionamentos de importantes estudiosos brasileiros, a exemplo de Sílvio Romero, como demonstra Skidmore (1976, p.281):

Silvio Romero foi o primeiro de uma lista de importantes estudiosos do Brasil a consagrar um livro inteiro a uma refutação de *A América Latina*, de Manoel Bomfim, que chamou um acervo de erros, sofismas e contradições palmares. Às opiniões de Manoel Bomfim sobre etnografia chamou uma verdadeira comédia, e descartou sua crença na igualdade racial como ‘ilusão.

Na verdade, a crítica de Romero à obra de Bomfim cristalizava a opinião doutrinária acerca das questões raciológicas que unia tendências intelectuais da época, dada a evidência da sociedade multirracial do Brasil e a deflagrada autoridade do arianismo como único meio de explicação dessa realidade. Ou seja, qualquer deslocamento dessa referência teórica não era merecedor de grande reputação científica. Analisando essa condição histórica majoritária do pensamento social brasileiro, afirma Reis (2006, p. 213):

Essa submissão dos intelectuais brasileiros às idéias européias era evidente em relação à questão da raça. Os próprios intelectuais brasileiros e as classes dirigentes, em vez de defender a população brasileira, a acusavam de ser inferior por causa da miscigenação das três raças.

Por isso, a histórica contraposição de Bomfim ao referido paradigma rendeu-lhe por longo período de sua vida intelectual o isolamento das suas análises acerca da problemática nacional, retardando ao máximo o reconhecimento do avanço crítico e da influência de *A América Latina* nas observações sociológicas que lhe sucederam. De acordo com Ventura (2002, p. 255), ele:

Foi precursor de sociólogos e historiadores, como Gilberto Freyre, de *Casa grande e senzala* (1933), Sérgio Buarque de Holanda, de *Raízes do Brasil* (1936), e Caio Prado Jr., de *História econômica do Brasil* (1945). Todos deram ênfase aos fatores sociais e culturais, e não mais étnicos ou climáticos, na interpretação da história e da sociedade. O perfil passou a ser moldado não por conceitos como raça e natureza, mas pelos de cultura e caráter.

### Os males de origem

Para o desenvolvimento de um diagnóstico sistemático acerca da problemática dos países latino-americanos, Bomfim, como se analisou anteriormente, descartava por princípio os argumentos raciológicos da época. Em contraposição utilizava uma complexa analogia organicista/funcionalista bastante difundida na época, em especial nas análises desenvolvidas pela sociologia francesa, como forma de apontar tanto as causas do progresso como as relativas à degradação nos diversos países do continente, entre os quais o Brasil, que segundo ele sofrera com grande intensidade os males da origem colonizadora portuguesa. Com isso, afirmava Bomfim (1993, p. 52):

[...] como organismos vivos, as sociedades dependem, não só do meio, não só do tempo. Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social - uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes.

Baseado nessa reflexão teórica, Bomfim buscava demonstrar que na América Latina o processo de colonização deixou para a posteridade uma herança parasitária e destrutiva dos organismos sociais, que persistia devido a histórica noção de inferioridade que fora assimilada em nossa cultura: países de preguiçosos, de mestiços degenerados, de bulhentos e de bárbaros. De acordo com Ventura (2002), o parasitismo era o conceito chave de sua obra, que transpôs da biologia para analisar as características sociais dos colonizadores.

Partindo desse pressuposto, Bomfim concordava, com algumas restrições, com a tese da real condição de atraso do Brasil em relação aos países ditos industrializados e de civilizações modernas, o que compreende pela própria ausência histórica dos espanhóis e portugueses na revolução científica européia. Todavia, negava como inconsistentes e anacrônicas as afirmações deterministas desse atraso disseminado na América Latina a partir da teoria da degenerescência do mulato, do eminente zoólogo suíço, da universidade de Harvard, Louis Agassiz, propugnador científico da poligenia dos sul-americanos, no final do século XIX, trabalho que resultou de uma incursão pelo continente. Sobre as contribuições desse estudioso europeu, o autor era severamente taxativo ao afirmar que não passava de um “falso juiz que se atrevia a descrever de forma condenatória a fraqueza e a inoperância dos nossos povos”. Ou seja, para Bomfim (1993, p.264) “não havia em nossa história um só fato provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras”.

De acordo com Bomfim, o atraso do país advinha, de fato, da formação originária, mas sociocultural e não biológica como advogavam os arianistas da época. Isto posto, entendia o autor que essa herança formadora de uma mentalidade deixada pelo processo de colonização luso-espanhola, ao contrário do que ocorrera com a colonização norte americana, fora apenas fundamentada numa educação nociva, caracterizada organicamente pela necessidade de obter riqueza de fácil acesso, pela falta de tradição científica e pela ausência de um sistema político eficaz. Ou seja, esses países, especialmente o Brasil, tiveram, segundo ele, uma tradição parasitária que corroeu historicamente as condições morais, políticas e sociais, impondo aos seus hospedeiros uma condição patológica de suas funções naturais, o que, por conseguinte, ocasionou a degradação e o atraso, reduzindo as massas à ignorância e à abjeção. Por isso, advertia Bomfim (1993, p.266):

As nações sul-americanas têm que recompor a sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; se não querem morrer estanguidos, mesquinhos e ridículos, têm que travar uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado, respeitando apenas a sociabilidade afetiva.

Assim, travar uma luta contra o passado significava antes de tudo, de acordo com Bomfim, reconhecer que a origem do Brasil fora demarcada pelas históricas práticas agressivas, extorsivas, saqueadoras e de depredação, patrocinadas pela postura parasitária da colonização luso-espanhola. Isso porque, segundo o autor, “os processos de um e de outro foram absolutamente os mesmos, essa era a marcha: devorar o descoberto”, haja vista que “vinham para cá com um único objetivo entesourar e não trabalhar”. Para tanto,

“obrigavam os índios da América do Sul a trabalharem para eles, enquanto desfrutavam das nossas riquezas”. (BOMFIM, 1993, 49).

De acordo com Bomfim, superar essa herança colonial não significava, portanto, confrontar nacionalidades, mas romper com o conflito silencioso das práticas parasitológicas que atravessam séculos inviabilizando o desenvolvimento, o progresso, e corrompendo as soberanias das nações latino-americanas. Assim, segundo ele, “A soberania de um povo está anulada no momento em que ele se tem de acolher eternamente na proteção de outro”. (BOMFIM, 1993, 49).

### **Educação: caminho para vencer o atraso**

Após esse complexo diagnóstico das sociedades sul-americanas, Bomfim passava a defender a educação das massas como único remédio para superação do atraso e da ignorância. Preconizava a necessidade imediata da ampliação do ensino popular, que fora desde a era colonial descurado pelo poder político.

Cabe ressaltar que, nesse contexto, começava a sistematizar-se no meio intelectual do país o debate em torno da questão educacional, tida como fundamental para formação e conquista da nacionalidade brasileira, o qual a obra *A América Latina* veio aprofundar a partir das contribuições de Bomfim.

De uma maneira geral, começavam a aflorar os questionamentos às condições sociais vigentes, sobretudo, aos aspectos negativos da vida intelectual da população brasileira. Dessa forma, toda problemática resumia-se em desatar os nós estranguladores do processo de desenvolvimento geral do país através da ampliação do ensino, para que o Brasil pudesse suplantar o analfabetismo e no futuro equiparar-se aos perfis das modernas sociedades industriais/urbanas.

Bomfim defendia que ao Estado republicano em ascensão de poder caberia criar meios e condições inovadoras para o progresso a partir da difusão da instrução primária, capaz de aglutinar as populações de negros, índios e brancos, corrigindo, assim, os desvios parasitários e a ignorância dos antecedentes. Segundo Bomfim (1993, p.338): “Não há regime livre na ignorância; para libertar homens, o primeiro passo é desembaraçá-los dessa ignorância e entregá-los à posse da própria inteligência.”

O autor reforçava o entendimento de que o desenvolvimento da inteligência dos povos sul-americanos seria a única maneira de encurtar as diferenças com as nações modernas, de alcançar o respeito e impor uma nacionalidade. Para ele: “Um povo não poderá progredir sem a instrução, que encaminhe a educação e prepare a liberdade, o dever, a ciência, o conforto, a arte e a moral” (BOMFIM, 1993, p. 331).

Para tanto, os países sul-americanos deveriam libertar-se das imitações intelectuais e investir na formação do saber popular voltado para a sua realidade. Essa preocupação dava conta de que no Brasil, por exemplo, não havia sequer uma renovação intelectual das elites, que no novo comando político foram incapazes de criar condições sólidas para efetivação de uma nacionalidade. Na sua compreensão, a conquista do progresso humano é fruto direto do intelecto, sendo assim, a força de uma nação passava pela expansão do ensino básico, o remédio contra o seu atraso. Assim, a instrução teria que atender às condições de realização social e econômica e não à limitada formação bacharelesca da época, formando doutores para boiar num mar de analfabetos, quando na verdade dever-se-ia investir na instrução primária como caminho para o desenvolvimento e o progresso do saber. Sobre essa preocupação, afirmava Bomfim (1993, p. 179): “a assimilação social só se obtém pela difusão da instrução, pela absorção das inteligências nas escolas - que os estadistas, no entanto julgam desnecessário”

Parte daí a crítica do autor à política desproporcional dos recursos direcionados no orçamento: grandes investimentos financeiros para as forças públicas gerais e míseros investimentos de interesse intelectual. Para Bomfim, o próprio Estado Republicano que se propagou como sendo uma aspiração da maioria reproduziu, na prática, os vícios da era colonial, à medida que relegou ao segundo plano a importância do saber, inviabilizando o progresso do país.

Mesmo cético quanto aos propósitos políticos dos governos sul-americanos, insistia Bomfim que somente através de uma educação massificada é que se poderia eliminar os elementos degenerativos de origem, superando as lutas materiais do passado impregnadas nos conflitos cotidianos da sociedade:

Adequando-se as almas incômodas destas populações, habituando-as a conhecer as conseqüências últimas dos atos imorais [...] sem a instrução da massa popular, sem o seu realçamento, não é só a riqueza que nos faltará - é a própria qualidade de gentes entre as gentes modernas. (BOMFIM, 1993, p.330)

Por sua leitura, caberia ao Estado a responsabilidade de difundir a instrução popular:

Criando meios intelectuais mais longos, tornando possível a propagação de cada ideal, formando novos campos de atividade, como forma de desafogar os espíritos combatentes e ardorosos - meio pelo qual se obterá a transformação dessas lutas: elevando o nível intelectual das populações. (BOMFIM, 1993, p. 264).

Essa preocupação de Bomfim apoiava-se na concepção de que o progresso material era conseqüência direta do progresso intelectual; significava dizer que a própria atividade de pensamento era uma tarefa em si produtiva, haja vista, pressupunha que os métodos advindos de idéias, ou seja, o trabalho produtivo movido pela inteligência seria essencial para o desenvolvimento.

Portanto, os países sul-americanos dependiam diretamente do crescimento intelectual dessas populações, isso porque, a permanente “ignorância” fazia com que se perdesse 75% do trabalho efetuado, por absoluta falta de instrução das massas trabalhadoras.

Outra questão fundamental em *A América Latina* é que nações como o Brasil precisavam diversificar sua economia, atadas desde sua origem à monocultura, em virtude do dogma dominante que afirmava a necessidade do país permanecer agrícola. Segundo Bomfim, um trabalho arcaico, ignorante e infértil, pois mantinha a condição de dependência e atraso perante a modernidade. Em contrapartida, o caminho era a industrialização moderna e, conseqüentemente, a difusão de uma instrução voltada para as respectivas atividades de trabalho. (BOMFIM, 1993).

Mediante essa preocupação, Bomfim propôs uma ampla campanha dos governos latino-americanos em cooperação com os setores esclarecidos da sociedade, tendo como principal bandeira a defesa da ampliação do ensino primário e, posteriormente, da educação integral, através da imprensa, das revistas, dos círculos de estudos, das bibliotecas e das universidades populares, como caminho para se atingir a felicidade e o progresso das nações do continente: “os que quiserem ver florescer na América do Sul uma

democracia republicana [...] que se esforcem nessa campanha que é o bom e o único caminho [...]” (BOMFIM, 1993, p. 341).

### Considerações finais

Neste trabalho, analisou-se a relevante contribuição historiográfica acerca da problemática da formação da nacionalidade brasileira, da identidade e da educação, na obra *A América Latina: males de origem* de Manoel Bomfim. Como afirma Skidmore (1976), remeter-se a essa obra é conhecer a originalidade de um pensamento que esteve à frente do seu tempo, por isso dissidente ante as afirmações raciológicas pessimistas apregoadas como verdades por seus contemporâneos até o final da Velha República. Ainda sobre essa questão, reforça Reis (2006, p. 222):

Suas teses rebeldes, solitárias em sua época, abrem o horizonte brasileiro para a integração democrática da nação, que ainda está por ser conquistada. Sua interpretação revolucionária do Brasil é original, corajosa, pioneira. Ele antecipou muitas teses sobre o Brasil, que, depois, fizeram a notoriedade de outros autores.

Em linhas gerais, a partir de um diagnóstico apoiado na noção de realidade nacional, Bomfim remete a um questionamento que parece não se ter desenvolvido anteriormente: os males e causas de origem, demonstrando que a realidade nacional era mais complexa e menos óbvia do que fizeram ver as análises hegemônicas da época. Significa que para os males havia remédios solucionáveis, e a prescrição, embora menos original, era a instrução popular nos países sul-americanos, reforçando a tese já defendida por renomados educadores contemporâneos como Ruy Barbosa, Carneiro Leão, entre outros.

Por fim, a consistência teórica de *A América Latina* serviu para afirmar uma inovadora posição de nacionalidade, numa sociedade como a brasileira, em que parte da elite pensante já nascera sem crença quanto ao futuro do país. Em que pese ter admitido o atraso relativo desse continente, Bomfim expressou, por sua vez, concretas possibilidades de mudanças através de proposições gerais para uma política educacional, ainda, insolucionável, por exemplo, pelo Estado Brasileiro.

### Referências bibliográficas

- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BRESCIANI, Stela: Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. In: HARDMAN, Francisco Foot (Org.). *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 27-62.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1983.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo do branco*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001.

PEIXOTO, Anamaria. *Educação brasileira nos anos vinte*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

PRADO JR. Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2 - De Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editor FGV, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Candice Vidal. Brasileiros e brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. In: *Cadernos Pagu* (6/7): UNICAMP, 1996. p. 83-109.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova s.a, 1976.

VENTURA, Roberto. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lourenço Dantas. (Org). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2 ed – São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Artigo recebido em: 06/12/2007

Aprovado para publicação em: 06/01/2008